

## **Adriana Simões Marino**

*adrianamarino@usp.br*

*Psicanalista. Possui graduação em Psicologia pela Universidade São Marcos, mestrado em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) e especialização em Psicopatologia e Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública (FSP-USP). É doutoranda em Psicologia (IPUSP), e graduanda em Filosofia (FFLCH-USP). Atua nas áreas clínica, social e como docente. Autora do livro: "Crianças Infratoras: Garantia ou Restrição de Direitos? Um estudo psicanalítico sobre as medidas de proteção no campo do ato infracional infantil" pela Juruá Editora, 2013.*

**SOBRE O PERCURSO COMO  
DOCENTE NO CURSO DE  
QUALIFICAÇÃO PARA  
AGENTES COMUNITÁRIOS DE  
SAÚDE (ACS) E ENFERMEIROS  
DA ESCOLA MUNICIPAL DE  
SAÚDE (SECRETARIA  
MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO  
PAULO): "Prevenção e  
intervenção  
ao uso abusivo de**



Baixar artigo

A oportunidade de trabalhar, como docente, a temática do álcool e das outras drogas, na perspectiva da Redução de Danos, no curso oferecido pela Escola Municipal de Saúde (EMS) para Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Enfermeiros da Atenção Básica em Saúde do município de São Paulo, permitiu verdadeiras trocas de saberes e experiências. Nesse sentido, vale ressaltar o método freiriano adotado pela escola, centrado na problematização, na construção coletiva de conhecimentos e saberes e na formulação de estratégias de ação, criando um espaço potencial para mudanças de posição (ética, política e clínica) de alunos-trabalhadores e docentes-mediadores.

A experiência com o método na proposta do curso, inserido no âmbito da Educação Permanente em Saúde (prevista pelo SUS), esteve para além de uma transmissão meramente conceitual ou da aplicação vertical de uma política de saúde. A estratégia adotada no âmbito do curso permitiu fomentar debates, reflexões críticas e a produção coletiva de conhecimentos, mantendo o valor das tensões e os desafios que permeiam o tema do álcool e das outras drogas.

O curso da EMS foi fundamentado em três eixos principais: a sala de aula e a relação com e entre os alunos, a articulação com as escolas regionais de saúde, os territórios e o espaço dedicado às trocas entre os docentes e a supervisão. Neste momento, ao tomar uma distância do percurso, é possível dizer que foi justamente a articulação desses três eixos que permitiu que o trabalho não somente pudesse acontecer, mas que pudesse ser avaliado positivamente.



Foto: Cristiane Guterres

*Agente Comunitário de Saúde (ACS) durante visita a uma mulher em situação de rua, grávida e usuária de drogas. São Paulo (SP), 2015. Os ACSs foram um dos públicos-alvo do curso oferecido pela Escola Municipal de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo.*

A relação com e entre os alunos mostrou-se fundamental para a realização do curso. Havia espaço de fala, escuta, acolhimento e encaminhamento das queixas oriundas do dia a dia de trabalho. Assim, trabalhar a temática das drogas, trazer a "novidade" da perspectiva da Redução de Danos, só foi possível na medida em que esses temas estiveram sempre articulados com as questões trazidas pelos próprios alunos-trabalhadores. Muitas vezes o discurso dos ACS e Enfermeiros era marcado pela insuficiência ou impotência. Falas como: "mas eu só fiz isso" ou "eu só pude fazer isso", eram geralmente marcadas pela sombra fantasmática da abstinência, da internação e da tradicional expectativa na área da saúde em termos de um furor curandis.

O "empoderamento", como se diz atualmente, dos trabalhadores mostrou-se fundamental para abordarmos o tema. Vale ressaltar, no entanto, que o curso transcendeu para domínios distantes de sua proposta inicial. Esse é mais um aspecto que pode ser visto como positivo nesse percurso. Foi fundamental poder tocar no tema da insuficiência ou impotência sentida e vivida pelos trabalhadores, uma vez que restringir-se a essa posição queixosa torna o dia a dia de trabalho mais difícil, pois o trabalhador passa a se posicionar e a agir a partir de certas crenças permeadas pelo ideário de que não fizeram ou não puderam fazer "nada". Nesse mesmo sentido, foi possível trabalharmos nas aulas o tema das recaídas do usuário de drogas: "mas ele vai voltar pra boca!". Poder constatar que é justamente isso o que pode ser esperado, aponta para uma subversão de certos discursos que visam exclusiva ou primordialmente à abstinência, um mundo livre de drogas, um universo harmônico ideal que traz como derradeiro, um impossível intransponível.

Na medida em que estamos em outro campo discursivo, contemplado pela Redução de Danos - e dentro, portanto, da perspectiva da Reforma Psiquiátrica -, é possível encararmos os fenômenos do uso, abuso e das dependências de drogas tal como nos é apresentado por cada sujeito de maneira singular, isto é, para além do nosso próprio desejo ou mesmo de uma vontade assentada sobre um universal geralmente reforçado pela mídia e pelo discurso capitalista. Dizer que o "diferente" disso (do usuário não se manter abstinente) é que pode ser diferente; construir um saber em torno de que "se fosse fácil largar as drogas, elas não seriam um problema", é um percurso possível de ser realizado no âmbito de nossas reflexões éticas, políticas e clínicas.

Nas aulas, pudemos trabalhar a distinção entre a postura e lógica manicomial, proibicionista e patologizante em comparação com a postura e lógica antimanicomial, da Redução de Danos, que permite incluir diferentes formas de ser e existir (dimensão da singularidade subjetiva), daqueles que se situam fora de uma suposta "norma" social. Também foi possível avançar para o campo das políticas públicas existentes no país, no Estado e no município, ressaltando a importância de uma construção permanente da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Como dizia Franco Basaglia, uma desconstrução e construção permanentes para que não engessemos nossas práticas.

Com o tempo, as discussões em sala de aula passaram a ser mais profundas e inquietantes. Se, em um primeiro momento, falar em Redução de Danos era "absurdo", como se estivéssemos "estimulando" o uso de drogas, em um segundo momento, essa primeira impressão se mostrou insustentável. Era algo diferente, e mesmo subversivo, uma vez que permite a inclusão da singularidade subjetiva em meio a um discurso ainda hegemônico que visa justamente individualizar os diferentes da norma, como dizia Michel Foucault. Assim, durante o percurso, foi possível compreender a necessidade imperiosa de se atentar para o caso a caso e enfrentar nossos próprios preconceitos, ao menos quando estamos diante do outro, em nossa prática como profissionais da saúde.

A dispersão, isto é, nossa ida aos territórios, pôde mostrar que locais geralmente permeados pelo tráfico de drogas se encontram marcados também pela carência de serviços e oportunidades. Num desses locais, uma aluna pôde refletir, lembrando-se da experiência do Rat Park (Ratolândia), em que os ratos em ambientes carentes de outros estímulos que não o oferecimento de uma droga, é que se tornam dependentes, enquanto que os ratos expostos a ambientes plenos de outros estímulos, não se tornam dependentes. Assim, como enfatizou o neurocientista Carl Hart, o que causa a dependência não é a droga em si mesma, mas o ambiente. Aproximar o conteúdo teórico com o campo da prática, isto é, fomentar a práxis, foi possível devido ao percurso nos territórios, no reconhecimento de seus impasses, isto é, de suas carências e potencialidades.

O contato e a interlocução com pessoas que fazem a rede da RAPS permitiram a aproximação dos próprios trabalhadores de seus territórios e fez entender que a tal "rede" é feita de... pessoas. A articulação entre trabalhadores da Atenção Básica e aqueles do campo da saúde mental, trouxe à tona a corresponsabilização (trabalhadores das unidades, dos CAPS, dos serviços, usuários e familiares);

Foto: Marcelo Camargo/ Agência Brasil (21/01/2013)



partilhando dificuldades (saindo daquele discurso de que "nós fazemos, mas o CAPS não" e vice-versa) e permitindo a reflexão sobre os alcances e os limites de atuação da própria RAPS, ou seja, seus "nós".

Foi também possível apreender que, quando o funcionalismo público ganha as entranhas da subjetividade, por uma espécie de atravessamento perverso entendido muitas vezes como "burocracia", encontramos o solo do desserviço público. Neste desserviço, é possível localizarmos sintomas permeados por falas esvaziadas, como se ali houvesse "ninguém". Talvez seja o caso de exercitarmos uma espécie de "des-ser" daqueles que se deixam submeter a um certo discurso cujo único objetivo é fazer com que nada funcione para que se mantenha toda uma satisfação com a insatisfação.

A aposta desse percurso manteve-se como uma chama: fazer valer a aposta naquilo que talvez seja o mais complexo: as relações entre sujeitos humanos. Em outros termos, a constatação é que o SUS é feito de "pessoas". Talvez precisemos nos lembrar ou relembrar disso. Precisamos do outro para fazer valer essa aposta que é a do SUS, da RAPS e que, em outras palavras, define-se como prática de saúde democrática.

Nesse percurso, sou grata às oportunidades de aprendizado e trocas que encontrei com e ente os alunos, com as escolas regionais e os territórios e os bons encontros com os docentes e a supervisão do curso. Foi a partir das trocas com todas essas pessoas que fazem parte da rede, e que somos nós, que pude aprender que precisamos desconstruir paradigmas e inventar novas construções.

*Agradecimentos: Laura C. Santucci, Christiane Mery Costa, Ester F. Serff, Andréa Dias, Aline Godoy, Liandro Lindner, Luca Santoro, Mario Cesar da Silva, Luciana Cordeiro e escolas regionais.*

